

“Percebi que teria de perder a vergonha e pedir ajuda”

Maria (nome fictício), de 48 anos, viu-se no centro da pandemia, a enfrentar o desemprego, agravado agora com facto de ter o filho em casa com ensino à distância, com mais gastos, o que a obrigou a aceitar a ajuda do movimento voluntário “Da minha casa para a tua”.

“Somos uma família pequena mas, mesmo assim, é muito difícil fazer face às despesas e tenho de recorrer a ajudas. Com a renda de casa para pagar, a luz, a água e o gás, mais alimentação para o meu filho que, desde que fechou a escola, dá mais despesas, ficou tudo muito complicado”, revelou ao Voz de Cambra esta mãe que quis manter o anonimato.

A família de Maria - para quem a situação financeira já “não era fácil” antes da pandemia, vendo-se obrigada a recorrer ao apoio alimentar da instituição de solidariedade social da sua freguesia - foi uma das que recebeu um cabaz de alimentos do grupo de voluntários “Da minha casa para a tua”.

“Fiquei muito feliz. Recebi legumes, leite, fruta, cereais e muitos outros produtos alimentares que me vêm ajudar muito nos próximos tempos”, referiu.

Há muito que Maria tinha percebido que “teria de perder a vergonha” e pedir ajuda.

“Há vergonha, porque dá a sensação de que precisar de ajuda é porque não queremos trabalhar ou porque somos gastadores, mas não é assim com toda a gente”, confessa. O medo de expor o filho aos comentários dos colegas de escola é factor para não querer dar a cara, porque se fosse só por ela, “isso não seria um problema”, admite.

O prolongado desemprego, o facto de ter problemas de saúde, o aumento de despesas com a alimentação do filho em confinamento e, consequentemente ter sido obrigada a deixar de fazer “umas horas” a tomar conta de uma idosa, que “ia ajudando nas despesas” e ainda a “baixa” contribuição financeira do marido, têm tornado a vida desta família um desassossego.

“Sou nova para a reforma e velha para trabalhar, é o que me dizem quando procuro trabalho e, só com o salário do meu marido, que está a trabalhar fora do concelho durante a semana, torna-se difícil suportar as despesas da casa”, garantiu.

Maria está agora mais “sossegada” porque, pelo menos nas próximas semanas, tem bens alimentares suficientes para si e para o seu filho. Depois disso, irá mais uma vez recorrer à ajuda de pessoas amigas e da instituição que lhe tem dado apoio.

“Se não faltar comida ao meu filho, estou em paz”, disse com a voz embargada.

A família encontra-se em situação de carência económica e, por isso, tem direito a apoio do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Trata-se de um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal e que tem como parceiras algumas instituições de solidariedade social do concelho de Vale de Cambra, a quem recorrem famílias carenciadas e que têm um papel de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

Quase duplicou o apoio a pessoas carenciadas

O POAPMC - Programa Operacional de Apoio as Pessoas Mais Carenciadas teve início em Vale de Cambra, em novembro de 2017. A candidatura obedeceu a uma limitação de um território, a junção de concelhos num só, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis. A Instituição com polo receção (armazém) e, simultaneamente, coordenadora e mediadora é a Fundação Luiz Bernardo de Almeida (FLBA) e seis mediadoras são quatro instituições de Vale de Cambra e três de Oliveira de Azeméis. São elas: Fundação Luiz Bernardo de Almeida; o Centro Social e Paroquial de Arões; o Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões; a Santa Casa Da Misericórdia de Vale de Cambra; o Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo; Comossela - Comissão de Melhoramentos de Ossela e a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Cucujães.

Este Programa já vai na segunda fase, que teve início em dezembro de 2019, num total de 461 destinatários para os dois concelhos. Este apoio de bens alimentares é composto por um cabaz mensal com 23 alimentos. Em declarações ao Voz de Cambra, o diretor da fundação Luiz Bernardo de Almeida, José Carlos Coelho e a diretora técnica do Gabinete de Apoio à Família e Comunidade, enquanto coordenadora e mediadora do (POAPMC) ajudam-nos a perceber a dimensão do problema no concelho.

Em janeiro de 2020, Vale de Cambra apoiava 262 pessoas, sendo que FLBA apoiava 73 pessoas (30 famílias); a SCMVC 77 pessoas; o Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões 67 pessoas e o Centro Social e Paroquial de Arões 45 pessoas.

Em fevereiro de 2021, a FLBA apoiou 120 pessoas (47 famílias); a SCMVC 141 pessoas (50 famílias); Centro Social e Paroquial de Arões 49 pessoas (26 famílias); o Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões 108 pessoas (46 famílias). Ao todo foram apoiadas neste mês, 418 pessoas, mais 156 pessoas. De janeiro de 2020 para Fevereiro de 2021, o número de pessoas apoiadas em Vale de Cambra quase duplicou, passando de 262 pessoas para 418, (mais 156). “O pedido por parte das famílias em alimentos aumentou para o dobro, e tem tendência a aumentar, atualmente estamos a receber mais pedidos de pessoas que ficaram desempregadas e não conseguem pagar as suas despesas”, realça a entidade coordenadora do programa no concelho. Segundo a IPSS, este apoio, como é mensal e tem

23 alimentos, com diversidade de produtos, é uma ajuda no orçamento familiar. O Programa aumentou entretanto o número de destinatários e, por enquanto, a não tem dificuldade em dar resposta a quem pede esta ajuda, adianta.

“As famílias que mais recorrem a este apoio são monoparentais com filhos menores, pessoas com mais de 50 anos que não tem uma reforma e não conseguem um emprego, e desempregados devido ao confinamento”, explicou ainda.

Mas é de uma “pobreza escondida” que a coordenadora do Programa em Vale de Cambra fala.

“Ainda existe uma pobreza escondida, famílias que sempre trabalharam e conseguiam pagar as suas contas, agora basta ficar um elemento do casal desempregado que ficam sem dinheiro para pagar as despesas”, lembrou.

Segundo a instituição, o rendimento que estas famílias usufruem tem como prioridade as contas fixas mensais e alimentação fica para o fim e, “se tiverem dinheiro para comprar, compram se não o tiverem deixam de ter alimentos para confeccionar as refeições”. Mas são estas famílias, mais difíceis de alcançar e apoiar porque não procuram os serviços “por vergonha com medo de serem julgados, normalmente pelos vizinhos não noto que sintam vergonha de recorrer as Técnicas responsáveis pelos Gabinetes, mas têm sim vergonha que alguém saiba”, adiantou. Mas também existe o contrário com as famílias subsídio-dependentes.

“Estas famílias querem receber todos os apoios, porque o vizinho recebe, porque viram nos programas de TV que existe este apoio, são famílias cuja a mentalidade é só ter direitos”, esquecessem dos deveres”, concluiu. Para obterem este apoio, as famílias devem dirigir-se aos Gabinetes de Apoio à família e Comunidade, Câmara Municipal de Vale de Cambra e Segurança Social (Ação Social): Fundação Luiz Bernardo de Almeida; Centro Social e Paroquial de Arões; Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vale de Cambra/Santa Casa Misericórdia de Vale de Cambra. A Fundação aproveita também para agradecer à Câmara Municipal de Vale de Cambra pela cedência das instalações onde está a funcionar o armazém que suporta toda a logística para os dois concelhos: Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis.

Desemprego subiu em tempo de pandemia

Continua a ser um dos números mais baixos de desemprego do país, mas a pandemia poderá ter estado na origem de mais 75 pessoas em situação de desemprego em Vale de Cambra face ao período homologado em janeiro de 2020.

Segundo as estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) de janeiro de 2021, o número de desempregados em Vale de Cambra registou mais 75 desempregados do que em janeiro de 2020, dos quais, 292 são mulheres (mais 37 do que em período homologado de 2020); 164 são homens (mais 38 do que em janeiro

de 2020); 31 pessoas estão à procura primeiro emprego (mais 11 que em período homologado); 465 pessoas procuram novo emprego (mais 64 do que em janeiro de 2020) e 206 estão há mais de um ano à procura de emprego (mais 22 do que em período homologado).

■ CRISTINA MARIA SANTOS
cristina@avozdecambra.pt